

# Função Social da Banca e Estorno Contributivo

written by Jorge Mota Santos | 16 de Agosto, 2023



Assim, **em momentos de crise**, fortalecem-se os Bancos (accionistas) e enfraquecem-se os cidadãos individualmente e as famílias. Sempre que isto acontece, o mesmo também é dizer que o País, **como um todo, empobrece**.

Uma dessas crises recentes, deu-se com o pedido de falência de um dos cinco maiores bancos de investimento dos Estados Unidos da América (EUA); a 15 de Setembro de 2008, o Lehman Brothers gerou, quase da noite para o dia, milhões de novos pobres em todo o mundo. Alguns desses, em Portugal.

A verdade é que, como os comentadores economistas nos vão lembrando, estas crises são cíclicas.

Obra do acaso? **São porque são ou porque têm de ser?**

Para este exercício, decidi olhar para o sistema bancário Português como uma “grande família”.

De acordo com o que nos vem sendo anunciado e comentado com regularidade, vivenciamos a sintomatologia de uma nova crise económica, apontada como consequência da Guerra na Ucrânia, a

qual já se manifesta com dolo no orçamento dos Portugueses: subida abrupta das taxas de juro (preço do recurso ao dinheiro). Passámos a ouvir falar, diariamente, de taxas variáveis, taxas indexadas, taxas fixas e do famoso “spread”.

O que é o “spread”? Na prática, é a taxa que representa a margem de lucro do banco, na operação de crédito que este celebra com o seu Cliente. Poder-se-ia pensar que representa o risco do banco no negócio, **mas isso não seria verdade.**

**E os depósitos que o cliente faz, também têm “spread”?** Ou seja, o banco só ganha uma margem definida do negócio que faz com o dinheiro do cliente? E entrega a esse cliente o restante do ganho? Que seja do meu conhecimento, **nenhum banco pratica este modelo.**

Tendo por base o **Parecer Sobre a Conta Geral do Estado 2021**, entre 2008 e 2021, os cidadãos Portugueses prestaram auxílio económico de mais de **23 mil milhões de euros** a bancos, **todos de capital privado**, com excepção da CGD, pertencendo o pódio ao BES/NB com mais de 8 mil milhões, ao BPN/Eurobic, acima de 6 mil milhões e a “nossa” Caixa Geral de Depósitos que superou os 5 mil milhões de euros.

Quadro 78 – Apoios públicos ao setor financeiro – 2008-2021

(em milhões de euros)

Períodos	CGD	BCP	BES/NB	BPI	BPN	BPP	BANIF	Outros	Total
2008-2011	-1 842	35	33	0	-136	-544	11	3	-2 441
2012-2016	-1 394	177	-4 647	168	-3 567	-117	-2 989	2	-12 167
2017-2021	-2 423	708	-3 676	0	-2 444	293	0	0	-7 441
<b>Total</b>	<b>-5 458</b>	<b>919</b>	<b>-8 291</b>	<b>168</b>	<b>-6 144</b>	<b>-268</b>	<b>-2 978</b>	<b>5</b>	<b>-22 049</b>

Fonte: DGE, FGD, SI, CGE e PCGE. Cálculos TC.

Estes mais de 23 mil milhões de euros, traduzidos em apartamentos T2, com um preço médio de 200.000€, representam perto de **116 mil habitações.**

Pelos Censos de 2021, informação publicada pela Pordata, Portugal tinha à data uma população ligeiramente acima dos 10 milhões. Feitas as contas, cada um destes cidadãos contribuiu, indirectamente, **com mais de 2 mil euros** a fundo perdido, **para**

**ajudar os bancos.** E neste grupo estão recém-nascidos, crianças, adolescentes, jovens, adultos (população activa empregada e desempregada) e toda a população já reformada.

Se avaliamos apenas a população activa, que em 2021 eram cerca de 5 milhões, então o valor da contribuição da cada um **foi quase de 4.500€.**

Indirectamente, pode dizer-se que cada cidadão que pague impostos neste país, deve ser visto também como um **accionista**, quer seja por via do capital injectado directamente nos vários bancos, quer seja por via de eventuais benefícios fiscais e colaterais financeiras prestadas pelo governo de Portugal.

Tendo em conta à data, esses montantes de capital investido nesses bancos, qual seria o **valor das nossas acções hoje?** Eu não recebi acções de nenhum desses bancos e até hoje **também não recebi** os meus dividendos.

Ora, é responsabilidade das Administrações desses bancos cuidar dos interesses de todos os “accionistas” do banco, **os mesmos que lhes pagam chorudos prémios de gestão**, montantes que os transformam socialmente reconhecidos como autênticos gurus empresariais.

É imperioso que em momentos de crise e, neste momento, a **crise já está do lado dos cidadãos e das famílias**, que o auxílio funcione em todos os sentidos, numa lógica de equilíbrio entre quem pode ajudar e quem precisa de ser ajudado. O modelo de “ganância”, a palavra do espanhol para definir o lucro, e em que todos eles operam, está **incompleto. Falta-lhe Responsabilidade Social.**

### **Crédito à Habitação**

Nos contratos de crédito habitação com taxa variável indexada, o que acontece na realidade, é que o banco, por via da sua margem segura de “ganancia” – o “spread”-, transfere a **totalidade do risco do seu negócio para o cliente.** Quando a

taxa de juro sobe, como tem estado constantemente acontecer, o negócio do banco não é tocado e até pode melhorar, dependendo das taxas de juro que o mesmo pratique na remuneração dos depósitos dos seus clientes. E que rentabilidade obtém, da diferença entre essas mesmas taxas e as ditas taxas Euribor? Ou seja, **o banco não assume qualquer responsabilidade solidária** com o risco do negócio. **Para o banco, corre sempre bem!** Soma ainda o facto de ter um activo real – o imóvel – por garantia.

Agora, ao exagerado aumento do custo de vida, ao aumento dos bens essenciais, ao aumento dos combustíveis, da energia e tantos outros, juntam-se, ainda, **as prestações de crédito à habitação**, que em muitos casos, aumentaram quase para o dobro.

**Os bancos deram uma ajuda!** Aproveitaram o aumento da prestação, para diminuir de forma expressiva o valor da amortização do capital em dívida. Aumentando e beneficiando da parte corresponde ao pagamento dos juros, como forma de manter o **“paciente ligado às máquinas”**, enquanto se organizam, atempadamente, para o que aí possa vir.

Quer isto dizer que, cada cliente de **crédito à habitação** que na sua prestação esteja, praticamente, a pagar somente juros, **e não a amortizar o capital da dívida**, mantendo-se este estado de coisas por mais algum tempo, o que o cliente deve hoje ao banco é quase o **mesmo que irá dever no fim desse período** (considere-se para exemplo cinco anos).

Por certo não foi exactamente isso que planeou quando decidiu comprar a sua casa, porque provavelmente no momento da sua decisão, **o custo do dinheiro era muito mais baixo**. Logo, a prestação do banco era mais barata, comparativamente ao arrendamento e terá provavelmente pensado **“pelo menos estou a pagar para uma coisa minha”!**

É o momento certo para os bancos reiterarem a qualidade das suas capacidades de gestão e apresentem, **voluntariamente**,

propostas que resultem num **Estorno Contributivo** à sociedade, mostrando com total clareza, a sua vontade em exercer a sua **Função Social**.

É o momento de, sem necessidade de os bancos se enfraquecerem, e para isso basta ler os seus relatórios de contas mais recentes, estes demonstrarem uma real, verdadeira e eficaz acção de fortalecimento do orçamento dos **Cidadãos e das Famílias**.

Na prática, significará **a devolução ao mercado e aos seus "accionistas cidadãos"**, de forma sustentável, todos os capitais mais juros, que receberam e ainda não pagaram. Esse dinheiro está a fazer falta na carteiras das famílias portuguesas para poderem pagar o aumento do custo de vida, onde se incluem **as mesmas prestações de que os bancos são credores**. No fim, esse capital vai sustentar a economia e voltar às contas dos mesmos bancos. Pelo caminho, poupamos milhares, senão milhões de novos pobres em Portugal e mais uma debandada de emigrantes, **pessoas forçadas à falência e à separação física das suas famílias e amigos**.

Formas de o fazer, enquanto a sociedade civil não apresenta ela própria mecanismos de solução, cabe ao governo eleito e aos bancos concertarem estratégias, nas quais, a qualidade de vida dos cidadãos, das famílias e a prevenção da sua falência, seja a preocupação central das decisões a tomar.

#### **Apresento algumas sugestões:**

Aumento dos prazos dos contratos; Possibilidade da sucessão da dívida; Conversão dos contratos de crédito com taxa variável, em taxa fixa aceitável e ajustada à capacidade dos clientes; Bonificações realistas das taxas, usando os capitais de que os bancos são devedores; Dar opção ao cliente de converter os contratos de mútuo por compra, em contratos de arrendamento por um período até 10 anos.

Algo que continuo sem perceber:

Portugal deverá ser o país da Europa **no qual mais se praticam contratos de crédito em taxa variável**. Onde o salário é, regra geral, de valor fixo, e as despesas gerais domésticas, desde que controladas, estão dentro de um intervalo constante, então, porque é que a prestação da casa **tem de ser variável?**

Desejo que desta vez os bancos em Portugal consigam **estender a “outra mão”** e não se cumpra a expressão, cujo autor é desconhecido, embora a sua autoria venha sendo atribuída a Mark Twain ou a Robert Frost:

*“Um banco é um estabelecimento que nos empresta um guarda-chuva quando está sol e nos tira quando está a chover.”*

Não posso acabar este artigo sem fazer dois agradecimentos:

Um, ao grupo de atrevidos e corajosos que, embebidos de sentido voluntário, iniciaram o projecto jornalístico **“O Cidadão”**, regido pela liberdade de expressão e sem quaisquer amarras de subsidiodependência, tendência política, religiosa, económica ou outra;

Dois, **a todos os que com estes participam e os que ainda virão** contribuir com o seu tempo, partilhar o seu conhecimento, as suas ideias e suas opiniões, muitas vezes correndo o risco de serem mal interpretados.

**Acredito no direito à Liberdade**, no direito a **pensar e expressar livremente a nossa opinião**, podendo ter, como ferramenta, a escrita. **A Liberdade obriga à responsabilidade** e uma obrigação, que desde logo se impõe, é a obrigação de cada um ao **respeito por todos**, porque **Todas as opiniões contam**, ainda que discordantes da nossa.

Permitam-me citar Agostinho da Silva, do seu livro *Quadras Inéditas*, sobre algo que creio poder sempre ser a luz guia para esse caminho que se apresenta:

*“Eu não quero ter poder  
mas apenas liberdade  
de falar aos do poder  
do que entenda ser verdade”*

**0 autor não escreve de acordo com o novo acordo ortográfico.**